



## O CONFLITO ENTRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MEIO AMBIENTE

Juarez Balduino da Costa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Atender as demandas de *commodities* tem infligido à pan-amazônia uma pressão cujos efeitos sobre si têm sido inadequados. A versão oficial dos países pan-amazônicos de como dispor da floresta não tem conseguido na prática resultados em sintonia com o que se espera. O compromisso com as futuras gerações é incompatível com a atual realidade de indefinição de quanto legar. O objetivo deste trabalho é confrontar a situação real do meio ambiente para a região e o modo desejável à luz da expectativa de legado para as futuras gerações. A metodologia é a análise dos indicadores disponíveis e proposição de alternativas.

**Palavras-chave:** demanda de alimentos; compromisso com as futuras gerações; legado; pan-amazônia e o conflito com o meio ambiente.

**ABSTRACT:** Meet the demands of commodities has inflicted on Pan-amazônia a results whose effects on themselves have been inadequate. The official version of pan-amazônicos countries for use the forest have has failed in practice and the results are out off the line with what is expected. The commitment to future generations is incompatible with the current situation of uncertainty as to how much bequeath. The objective of this work is to compare the real situation of the environment for the region and the desired mode in the light of the expected legacy for future generations. The methodology is the analysis of indicators available and alternative proposition.

**Keywords:** demand for food; commitment to future generations; legacy; Pan-amazônia and the conflict with the environment.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade São Judas Tadeu – SP; MBA pela FGV em Finanças e Negócios; ex-professor de História Econômica do CIESA-AM; amazonólogo. Foi Assessor de Gabinete Federal da Câmara de Deputados para assuntos da Amazônia, Zona Franca de Manaus, Economia e Mobilidade Urbana. Palestrante Oficial do Congresso Brasileiro de Economia 2013 realizado em Manaus-AM;

## **I – INTRODUÇÃO**

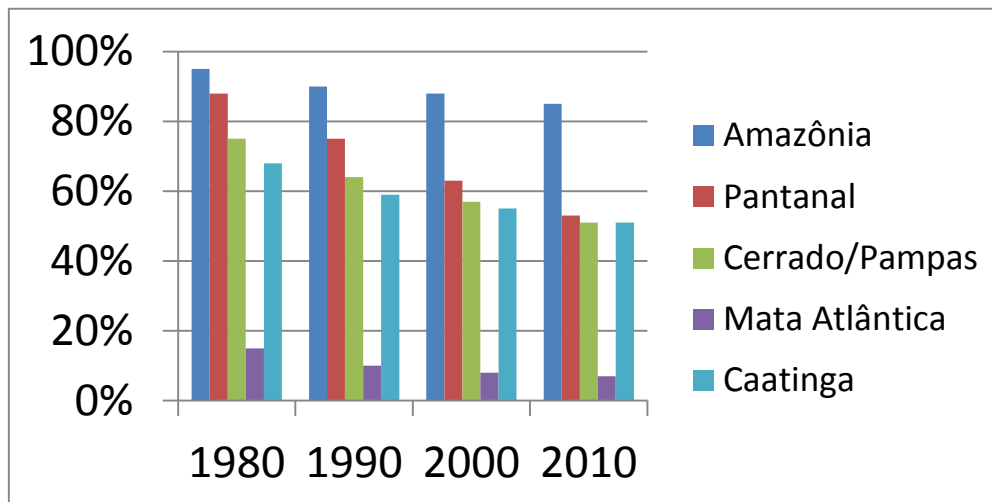
O suprimento de recursos naturais que a Pan-amazônia oferece para exploração e consumo humano no que se refere a alimentos oriundos basicamente da agricultura e da pecuária, antecédidos de madeira e de terras às vezes sem custo de aquisição e muitas irregulares por serem em parte devolutas ou de reservas ambientais, é obtido através de atividades desconexas de objetivos sociais voltados para as gerações futuras e em grande medida de forma marginal à regulamentação existente nos países, os quais não têm conseguido fiscalizar este exercício econômico. Mesmo quando a atividade é legal, apenas é praticada com a chancela social, como se o meio ambiente reagisse de forma diferente conforme a ação seja legal ou ilegal.

Este é o conflito: atender os hoje 7 bilhões de pessoas vivas e ainda preservar recursos para os 20 bilhões de ainda não nascidos até 2050, por exemplo. Teríamos como dar conta das duas coisas simultaneamente? E para 2100 quando se projeta 17 bilhões de habitantes? A visão atual parece não ter capacidade de alcançar tanto tempo, apesar de serem meros 85 anos mais.

## **II- A SITUAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS**

O registro de que a situação do bioma Amazônia, entre outros biomas, é o menos degradado, não indica em absoluto que se tenha feito desta forma planejadamente. A questão é econômica e geográfica, e entre outros motivos, pela sua distância dos maiores centros urbanos, pelo seu vazio territorial, pela malária, pelo mosquito pium, pela umidade relativa do ar de mais de 90%, e pela temperatura ambiente que chega até 35°C; este conjunto de fatores é que retarda ainda em parte sua maior ocupação humana, o mesmo conjunto que também espanta doutores, médicos e professores. Foi por isso que a ocupação se deu e se dá preferencialmente e mais intensamente no Cerrado, nos Pampas, no Pantanal e na Caatinga.

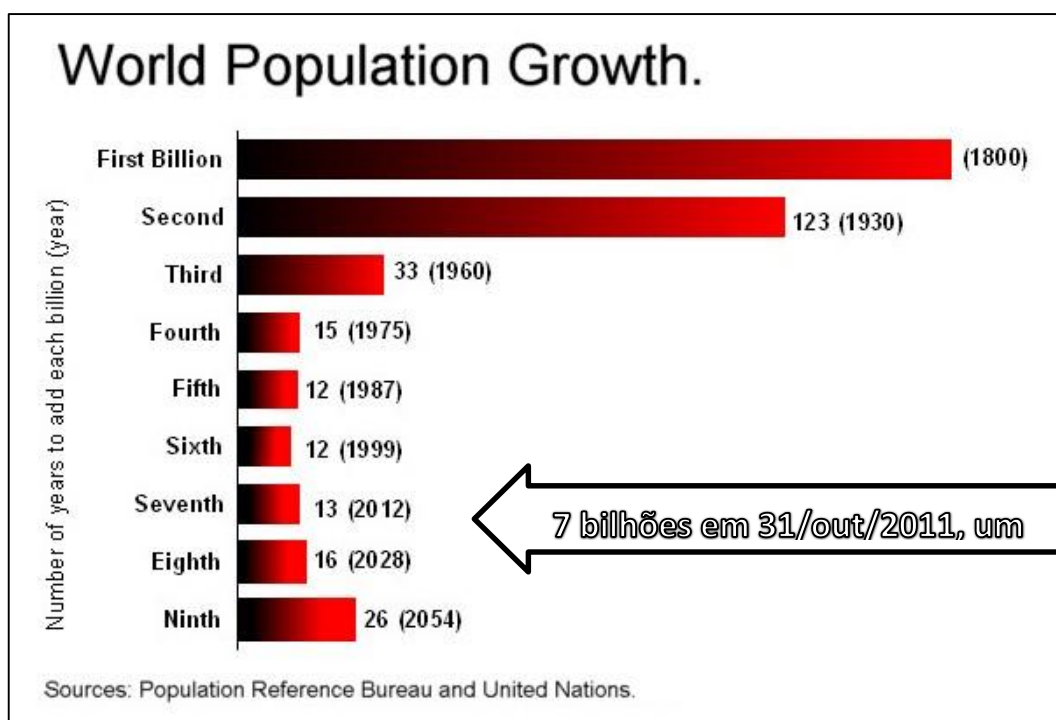
Tabela 1- Situação dos biomas brasileiros



Fonte: INPE/Prodes/MMA

A constatação feita pela Organização das Nações Unidas - ONU de que atingimos o primeiro bilhão de pessoas apenas no ano de 1800, até os ciclos de 12 anos desde 1987 para somar outro bilhão a cada ciclo, tem sido questionado. Havia a previsão de atingir 7 bilhões somente em 2012 mas a cifra foi atingida já em outubro de 2011. Em 2054 talvez sejamos um pouco mais do que os 9 bilhões previstos.

Tabela 2- Previsão de Crescimento da População Mundial



### III- VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO

O fator determinante que permite o desmate sem controle da pan-amazônia, uma área de 770 milhões de hectares composta por 9 países Sul Americanos dos quais o Brasil detém 500 milhões de hectares, é a precariedade da vigilância e da fiscalização, atividades afetas aos governos federais que não têm elaborado orçamentos econômicos equivalentes à necessidade de fato. Os contingentes militares e policiais alocados na região, organismos responsáveis por estas ações, não têm conseguido cumprir adequadamente a tarefa. O Brasil tem, por exemplo, 1 posto da Polícia Federal em Tabatinga-AM na Tríplice Fronteira com a Colômbia e a Venezuela.

O exército brasileiro na região conta com 27 mil homens<sup>2</sup> apenas com atuação principalmente nas fronteiras, mas é o interior da Amazônia que está desguarnecido. Mesmo este contingente fronteiriço é insuficiente, e estão previstos 48 mil homens somente para 2030 quando hoje já deveriam estar compondo a guarnição até em maior número.

É no interior da Amazônia que a floresta queima e é exaurida. Nas fronteiras há vigilância, mesmo que ainda insuficiente, o bastante apenas para impedir parte os crimes.

Somente as forças armadas dos países amazônicos no interior da Amazônia podem fazer cumprir a legislação, e permitiriam as ações dos demais órgãos como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e Policia Federal hoje inibidos e também sub dotados.

A Amazônia precisa de militares para impedir o trânsito da madeira ilegal e da exploração agrária e biológica irregular. Sem um contingente adequado das forças armadas não tem sido cumprida a boa legislação.

Este é o investimento produtivo e responsável de quem quer se comprometer com as futuras gerações: alguns bilhões de dólares para a vigilância militar permanente e abrangente, na esteira da qual viriam Polícia Federal, IBAMA, Ministério de Ciência e Tecnologia entre outros.

---

<sup>2</sup> [www.sae.gov.br/seminarioamazonia/.../Artigo-Gen-Ex-Mattos-Cmt-CMA](http://www.sae.gov.br/seminarioamazonia/.../Artigo-Gen-Ex-Mattos-Cmt-CMA)

#### **IV- O PAPEL DA OTCA**

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA é o único fórum a contemplar as dimensões do relacionamento entre os países amazônicos com ênfase no meio ambiente, formado por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A organização foi instituída oficialmente em 1998 com base no Tratado de Cooperação Amazônica - TCA firmado ainda em julho de 1978.

Carece de maior robustez em seu orçamento e tem a agenda ainda restrita no âmbito das nações assinantes. Ganhou mais destaque a partir da ECO 92 e da Rio + 20, porém a Amazônia precisa de uma visão sistêmica com a amplitude que acompanhe suas dimensões.

Um dos pontos de destaque do Tratado de Cooperação Amazônica se refere ao elemento água e às ações que os países se comprometeram com seu uso e manuseio. Este elemento vital no caso da Amazônia é o elemento mais representativo de sua essência, não somente em relação à manutenção da vida, seu primeiro fator de importância, mas também na mobilidade dos povos, no comércio entre as fronteiras e internamente, além das questões de saneamento especialmente pela interligação do uso dos rios pela sua bacia hidrográfica. Pela água vem a irrigação, a navegação, a liberdade de ir e vir, o matar da sede, mas vem também o vibrião do cólera, o tráfico de entorpecentes e o tráfico de armas. Apenas pela água o já deveria estar em patamar muito superior ao atual na política dos países signatários.

Os esforços da OTCA até então não foram incorporados com ênfase pelos países signatários e cada um deles tem dado maior atenção às suas agendas internas. O Brasil, sede do tratado e respondendo por 70 % da região, poderia protagonizar a modificação da medíocre atenção até hoje conferida ao tratado e à OTCA como organismo.

## **V- O ELEMENTO ÁGUA NA AMAZÔNIA**

A água é uma das dimensões que a Amazônia representa e a sua inter-relação com o continente Sul Americano, que, além dos “Rios Voadores” (José Marengo - CPTEC) e sua influência na Hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, tem números que traduzem sua unicidade; atualmente estes dados tem sido fartamente divulgados.

Com vazão de até 246 mil m<sup>3</sup>/s<sup>3</sup>, ou a já apontada por Oltman em 1963 e dados do DNAE em 1964 - IBGE Recursos Naturais 1977 vol. I pág. 96, de 220 mil m<sup>3</sup>/s, o Rio Amazonas pode fornecer a cada um dos 7 bilhões de habitantes do planeta, até 3.000 litros de água por dia; segundo a ONU, são necessários menos de 300 litros diariamente.

Como parte importante dos rios da bacia se originam em outros países, se percebe novamente a relevância do papel de um organismo como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

## **VI – A QUESTÃO INDÍGENA NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

O conflito com os índios é com o desenvolvimento, e não com o meio ambiente. Os índios são elementos do meio ambiente. Os negros, os quilombolas, os brancos e outras classificações respectivas pertencem todos ao grupo dos não índios. Há, portanto, os índios e os não índios, e não se pode adotar políticas iguais para estes 2 grupos diferentes. Os brancos ou os negros entre si têm demandas diferentes dos índios, e estes, quando apresentam demandas iguais às dos não índios, se descaracterizam como nação e perdem sua identidade. Já foi encontrada a solução para o relacionamento entre os índios e os não índios, através de um ente, hoje FUNAI, que deveria fazer a interlocução antropológica quando desejada pelos índios. Os índios perderam esta interlocução porque a FUNAI perdeu esta capacidade e eles foram atraídos pelo

---

<sup>3</sup> 13º. Simpósio de Geologia da Amazônia – CPRM/UFB/NIOZ Belém-PA set-2013

desenvolvimento dos não índios, quase sempre por iniciativa dos não índios, vindo por isto caminhando para a extinção mais acelerada. Estão dispersos em sua multiculturalidade junto aos não índios, substituindo sua forma milenar de ensinar e aprender. Ao se aproximarem inocentes das faculdades dos não índios para poderem se fortalecer e se representar, aceleram inconscientemente o processo de serem absorvidos pela sociedade envolvente. A Fundação Nacional do Índio - FUNAI deixou um vácuo hoje preenchido por ONG's, pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e pelo Ministério da Educação – MEC, entre outros. É a agravação do conflito entre o desenvolvimento e o meio ambiente, cada vez mais livre de índios.

## VII – COMO DIMENSIONAR O LEGADO ÀS FUTURAS GERAÇÕES

Como o conceito de Futuras Gerações não está definido, várias são as visões possíveis: a Rio + 20 realizada em 2012 talvez tenha uma edição RIO + 200, por exemplo. Poderiam ser neste exemplo os próximos 200 anos o alcance de nossa visão de Futuras Gerações? Ou a Rio + 400?

Como então conceber uma Amazônia para os próximos 2.000 anos, tempo decorrido da era cristã?

Se não houver um quanto de floresta deixar para uma determinada data, qual o fundamento de alegar haver Compromisso com as Futuras Gerações?

Simultaneamente, não há catálogos completos do acervo biológico amazônico em razão de que não foi possível ainda conhecer a floresta toda.

Segundo Charles Clement, em trabalho divulgado pela EMBRAPA<sup>4</sup> (apenas 15 espécies vegetais (0,075%) foram domesticadas e estão no mercado, de um universo estimado em mais de 20.000.

Destas 20.000, apenas 10 têm ações para conservação e uso de recursos genéticos, ou 0,05%.

---

<sup>4</sup> <https://www.embrapa.br/.../conservacao-de-recursos-geneticos-na-amazonia>),

Se não sabemos quanto deixar daquilo que não conhecemos, não é compreensível como continuemos permitindo destruir algo finito e desconhecido.

## **VIII - HÁ UMA EQUAÇÃO A SER PROPOSTA**

A capacidade de planejamento dos países em razão da velocidade das tecnologias e aumento populacional tem sido cada vez mais curta.

O Brasil abandonou planos quinquenais de desenvolvimento desde os anos 1980. Neste contexto, pensar em um plano para a Amazônia não tem sido possível.

O Plano Amazônia Sustentável – PAS, do governo federal trata da divisão da região em 3 partes e de como deveriam ser exploradas. De costas absolutamente para sua preservação e omissos quanto ao futuro e às futuras gerações.

## **IX- A GESTÃO DA AMAZÔNIA**

Uma região que é maior que o Brasil sem ela, mas que a ele pertencente, necessita de uma gestão específica para atender suas peculiaridades. No novo Código Florestal se tratou de estabelecer os limites de matas e formas de uso das margens dos rios, definindo-se a metragem conforme a largura dos rios, por exemplo. Houve discussões no Congresso Nacional se deveriam ser 50 ou 100 metros da margem dos rios para se definir determinadas obrigações e permissões aos proprietários das terras por eles banhadas. Na Amazônia as margens de alguns rios se estendem por 3 ou 4 quilômetros ou mais. As políticas de mobilidade urbana para o Sul e Sudeste ou Nordeste do país não podem ser aplicadas numa região que tem 20 mil quilômetros de vias navegáveis com desníveis de 17 metros de altura entre a vazante e a cheia. Não faz sentido técnico considerar Calamidade Pública na Amazônia, o fato dos rios terem a enchente ou a vazante anual cíclica há milhões de anos, diferente do



transbordamento de rios e deslizamentos de encostas nas áreas urbanas das grandes cidades em virtude das chuvas inesperadas e de ocupação irregular do solo.

Porque é preciso um decreto do poder executivo das cidades da Amazônia para declarar Emergência Civil todos os anos e assim poder receber ajuda extra, numa enchente que sobe o nível dos rios 4 ou 5 centímetros por dia durante meses? Emergência? Todos os anos por séculos e na mesma época?

Por estas peculiaridades é que a Amazônia precisaria de uma Secretaria da Amazônia, vinculada à Presidência da República e não um ministério, que apenas seria mais um entre outros. Esta seria a forma operacional para tratar da região, política e tecnicamente.

## **X- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em resumo, destaca-se que a vigilância da Amazônia, que só se daria pela ação das forças armadas, é a única política que traria resultados efetivos a interromper a irresponsável desobediência ao artigo 225 da Constituição Federal brasileira.

A partir de sua vigilância efetiva, viriam a pesquisa, a exploração remanejada de suas áreas, ações de gestão científica e econômica, política indígena, política de ocupação, política junto aos países da OTCA e compromisso com as futuras gerações.

As equações propostas são atribuições indelegáveis e exclusivas do Estado, a serem executadas pelos governos federais. Os governos estaduais têm se mostrado ainda mais frágeis neste contexto ambiental.

No mérito, a sociedade civil não pode agir por si, mesmo que deseje, mas pode encaminhar suas demandas através de pressões e movimentos nesta direção. A Academia pode ser um destes movimentos.

## **XI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARRETO, P. Pressão humana na floresta amazônica WRI; Imazon, 2005.

BATISTA, D. O complexo da Amazônia. Manaus; Valer, 2007.

CAMARGO, J PDBFF – Dinâmica Biológica Fragmentos Florestais – INPA - 2015

CEPAL - Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas - Nações Unidas LC/W.126 Copyright © Nações Unidas, Junho de 2007

LAKATOS, M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, S. Tratado de Metodologia Científica. São Paulo: Pioneira, 1997.

RIVAS, A.; MOTA, J.; MACHADO, J.; (Org.) PIATAM - Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia - A experiência do PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS - 2009.